

**AgInt no ARE no RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO  
ESPECIAL Nº 1.083.512 - SP (2017/0080588-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DE LENCOIS PAULISTA**  
**ADVOGADO : RODRIGO FÁVARO E OUTRO(S) - SP224489**  
**AGRAVADO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A**  
**ADVOGADOS : JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR E OUTRO(S) - SP142452**  
**SIMONE CRISTIANE RACHOPE - SP253038**  
**HELOISA CURSINHO CAUDURO LAURITO COSTA - SP165147**

**DESPACHO**

Trata-se de agravo interno interposto pelo MUNICIPIO DE LENCOIS PAULISTA contra acórdão prolatado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo em recurso extraordinário em *decisum* assim ementado (fl. 1.293):

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agravo em recurso extraordinário não conhecido.

Em razão do recurso interposto ser manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, a Corte Especial reconheceu a ocorrência do trânsito em julgado.

Assim, a Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou que o trânsito em julgado ocorreu em 29/11/2018 (fl. 1.314).

Em 19/12/2018, a peticionária interpôs o presente agravo interno.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Não há mais nada a prover na espécie.

Consoante demonstrado, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário da petionária já foi, há muito, certificado nestes autos (fl. 1.314), sendo manifestamente incabível o presente requerimento.

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Vice-Presidente

